

Concentração de renda aumenta em todo o mundo

A fortuna dos cinco homens mais ricos do mundo mais que dobrou desde 2020 (de US\$ 405 bilhões para US\$ 869 bilhões), ao mesmo tempo em que as quase cinco bilhões de pessoas mais pobres ficaram ainda mais pobres. É o que revela o novo relatório Desigualdade S.A., da Oxfam, divulgado na segunda-feira (15/1). O relatório mostra também que, no passo que as coisas andam, o mundo terá seu primeiro trilionário em uma década, sem que a pobreza acabe. Para que esta seja erradicada seriam necessários 229 anos.

Outro dado alarmante apontado pelo relatório da Oxfam é que sete das 10 maiores corporações do mundo têm um bilionário como principal acionista, ou CEO (Chief Executive Officer), cargo equivalente a Diretor Executivo. E que estas empresas têm valor avaliado em US\$ 10,2 trilhões, mais do que a soma do PIB de todos os países da África e da América Latina.

A concentração de renda explodiu no mundo inteiro, mas no Brasil a coisa ainda é mais grave. Os dados apontam que 50% dos ativos globais estão nas mãos de 1% da população. No Brasil, esta concentração chega a 60%.

- Leia a matéria completa em nosso site -



Defasagem da tabela de IRPF tira dinheiro dos trabalhadores para manter privilégios

As Centrais Sindicais CUT, CTB, UGT, Força Sindical, NCST, CSB e Intersindical manifestam sua profunda preocupação com a falta de atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pelo Ministério da Fazenda e o Governo Federal. A ausência de correções adequadas na tabela do IRPF tem impactos significativos sobre os trabalhadores formais, principalmente aqueles que ganham salários mais baixos e a classe média.

Segundo informações da Unafisco Nacional, o reajuste do salário mínimo sem a atualização da tabela de IRPF resultou em uma situação alarmante, onde trabalhadores que recebem dois salários mínimos agora estão sujeitos ao pagamento do imposto de renda. Este é um cenário inaceitável e que contraria os princípios de justiça fiscal e social civilizatórios.

É fundamental que a tabela seja corrigida de forma a acompanhar o aumento do custo de vida e garantir que a tributação seja justa e equitativa. Garantindo assim os princípios de progressividade fiscal, essenciais para promover a redistribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais.

Para tanto, é necessário que medidas tributárias progressivas sejam implementadas, tais como a criação de faixas adicionais de alíquotas para rendas dos super-ricos, a taxação de grandes heranças, a tributação de grandes fortunas e a implementação de políticas que incentivem a equidade fiscal.

As Centrais Sindicais fazem um apelo pela imediata revisão e atualização da tabela do IRPF e que outras medidas efetivas, como a isenção de imposto de renda para os trabalhadores na PLR, sejam adotadas para corrigir as distorções presentes no sistema tributário, garantindo justiça fiscal e equidade social.